

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA

Demonstrações Financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023

Índice

Informações Gerais	3
Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração.....	4
Relatório do Conselho de Administração	5
Relatório do Auditor Independente	13
Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais.....	22
Demonstração da Posição Financeira	23
Demonstração das Variações no Capital Próprio	24
Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
Informações relevantes sobre a política contabilística	26
Notas às Demonstrações Financeiras.....	39

Informações Gerais

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros de retalho
Conselho de Administração	Grant Colin Kurland Bryan Arlow Bene Machatine Helena Fernandes Ivan Machava Nothando Ndebele Ranganai Mubaiwa
Endereço comercial	Avenida 25 de Setembro No 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd constituída na República das Maurícias
Bancos	Absa Bank Moçambique, S.A. Access Bank Mozambique, S.A. Banco Comercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Banco Société Générale Moçambique, S.A. First National Bank Moçambique, S.A. Millenium BIM Banco Internancional de Moçambique, S.A. Moza Banco, S.A. Nedbank Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A
Auditores	Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados, Lda Edifício Maryah Bairro Central, Rua 1.233, nº 81, 5º Andar. Maputo, Moçambique
Advogados	CGA Advogados Av. 24 de Julho No 7, 7 Andar Maputo Mozambique
Número de registo do Banco	100312530

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas, incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Microbanco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa) Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Microbanco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Microbanco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envida esforços para minimizá-lo, assegurando que a infraestrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela Gestão, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Microbanco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Microbanco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Microbanco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Microbanco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Microbanco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Microbanco e o seu relatório é apresentado nas páginas 13 e 21.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 22 a 62, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 19 de Março de 2024 e foram assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração



Administrador Financeiro



Administrador Delegado

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações Financeiras do Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Microbanco" ou "Bayport") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

1. Constituição

O Banco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

2. Natureza do Negócio

O Microbanco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Microbanco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa à natureza da actividade do Microbanco relativamente ao exercício anterior.

Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes

Para alcançar este objectivo, a Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

A Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e libertação financeira para as comunidades que servimos.

O que aspiramos: Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

Nossas crenças: Os nossos valores

Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhora a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes.

Acreditamos no espírito de empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam repercutir nos consumidores. Simples de promover sem o custo de confusão. Uma promessa de marca expressa da forma mais simples e directa possível.

A simplicidade deve ser o mecanismos de orientação relativamente a forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos, como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

2. Natureza do negócio (continuação)

Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se..."

- é bom para o nosso cliente?
- agrega valor ou apoia a família Bayport?
- respeita o critério de custo-benefício?
- é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Microbanco constam das demonstrações financeiras.

Economia

A economia global em 2023 foi moldada por vários factores-chave, incluindo a recuperação em curso da pandemia de COVID-19, as tensões geopolíticas, as pressões inflacionistas e as mudanças na política monetária entre as principais economias do mundo. Eis um resumo de alguns dos aspectos mais significativos:

- Recuperação pós-pandemia: Muitos países continuaram a recuperar dos impactos económicos da pandemia de COVID-19. Esta recuperação foi desigual, com algumas regiões e sectores a recuperarem mais rapidamente do que outros.
- Inflação: Muitos países enfrentaram taxas de inflação elevadas, em parte devido às interrupções na cadeia de abastecimento, ao aumento dos preços da energia e às medidas de estímulo económico implementadas durante a pandemia. Os bancos centrais de vários países, incluindo a Reserva Federal dos EUA, responderam com uma política monetária mais restritiva e um aumento das taxas de juro.
- Tensões geopolíticas: As tensões geopolíticas em curso, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, afectaram os mercados energéticos e o comércio mundiais. As sanções contra a Rússia e as interrupções das exportações agrícolas ucranianas tiveram efeitos em cadeia nas cadeias de abastecimento mundiais e contribuíram para o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares.
- Avanços tecnológicos e economia digital: O crescimento da economia digital continuou, com avanços em sectores tecnológicos como a inteligência artificial, a cibersegurança e o comércio eletrónico. No entanto, houve também preocupações com os despedimentos no sector tecnológico, a privacidade dos dados e a regulamentação das grandes empresas tecnológicas.
- Comércio mundial e cadeias de abastecimento: Os problemas da cadeia de abastecimento persistiram, mas começaram a diminuir em comparação com o auge da pandemia. Verificou-se também uma tendência para a *re-shoring* e a diversificação das cadeias de abastecimento, a fim de reduzir a dependência de fontes únicas.
- Mercados emergentes: Os mercados emergentes enfrentaram desafios económicos variados, incluindo lidar com altos níveis de dívida, flutuações cambiais e o impacto de factores externos, como aumentos das taxas de juros em países desenvolvidos.
- Dívida e política orçamental: Muitos países debateram-se com elevados níveis de dívida pública, um legado das respostas orçamentais à pandemia. Prosseguiram os debates sobre a sustentabilidade destes níveis de dívida e a necessidade de consolidação orçamental.

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

O World Economic Outlook publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em outubro de 2023 projetou um crescimento do PIB de 3% para 2023, abaixo dos 3,5% em 2022.

No plano interno, o Fundo Monetário Internacional (FMI), na Terceira Revisão do Acordo Trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado, estima que o produto interno bruto de Moçambique tenha crescido 6% em 2023. O FMI observou que a economia continua a crescer de forma constante e que as pressões inflacionistas diminuíram acentuadamente, reflectindo a redução dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Prosseguiu dizendo que está em curso uma correção orçamental na sequência das derrapagens orçamentais decorrentes dos desafios de implementação relacionados com a tabela salarial única adoptada em 2022 e que a situação de segurança no norte melhorou e que estão previstas eleições gerais para outubro de 2024.

Embora o Comité de Política Monetária (CPMO) tenha mantido a taxa de política monetária inalterada durante o ano, a taxa de juro de referência aumentou 150 pontos base, um reflexo da deterioração da qualidade do crédito. Dado que a inflação parece estar sob controlo, a expectativa é que o CPMO reduza cautelosamente as taxas a partir de 2024.

Desempenho financeiro

O aumento do rácio de reserva de caixa, de 10,50% para 28% e depois para 39% para os depósitos do metical, teve como efeito a redução da liquidez de todas as instituições financeiras que aceitam depósitos. No caso do Bayport, em particular, foi tomada a decisão de abrandar os desembolsos nos dois primeiros meses do ano. Além disso, na segunda metade do ano, a direção decidiu reduzir a concessão de empréstimos devido a atrasos nos pagamentos de salários por parte do Governo, devido a falhas na implementação da tabela salarial única (TSU). O efeito do que precede foi a redução da carteira de empréstimos e, consequentemente, da rentabilidade.

Apesar do decréscimo das vendas e da consequente redução da carteira de crédito líquida em 5%, os juros e outros proveitos similares registaram um ligeiro aumento de 1%, uma vez que o aumento do custo de financiamento foi finalmente repercutido nos clientes. As despesas de funcionamento diminuíram 2%, devido a estratégias de contenção de custos que visam restringir as despesas apenas ao essencial, dada a diminuição da atividade.

O metical manteve-se bastante estável ao longo do ano em relação ao dólar americano, limitando as perdas em moeda estrangeira a um mínimo de 4,7 milhões de Meticais, contra os 6,6 milhões registados no ano passado. Tal como em 2022, as perdas registadas no ano resultaram principalmente da liquidação de financiamentos recebidos em USD, bem como de pagamentos a fornecedores estrangeiros efectuados durante o ano.

Embora as despesas de imparidade tenham diminuído 14%, passando de 473,45 milhões de Meticais em 2022 para 408,29 milhões de Meticais, a administração continua a considerar que os níveis continuam a ser elevados e fora dos níveis aceitáveis. Este facto deveu-se principalmente a atrasos contínuos na cobrança de alguns municípios que ocorreram durante o ano, bem como a problemas de dedução na migração de alguns clientes da plataforma do governo não central para a plataforma do governo central, resultando na migração a prazo dos respectivos empréstimos. O rácio de crédito em incumprimento reduziu de 3,31% em 2022 para 2,75%.

Principalmente em resultado da redução dos Juros e outros rendimentos similares, conjugado com um aumento dos Juros e outros encargos similares devido ao aumento das taxas de referência (como a Prime Lending Rate), o lucro após impostos diminuiu 37,69%, passando dos 656,21 milhões de Meticais registados em 2022 para 408,85 milhões de Meticais.

Indicadores do desempenho financeiro

Rentabilidade	2023 (MZN)	2022 (MZN)
Juros e rendimentos similares	4,990,898,575	4,942,242,376
Rendimento líquido de juros	2,232,875,134	2,713,395,596
Serviços e comissões líquidas	(6,125,239)	3,404,422
Rendimentos operacionais	2,222,792,018	2,727,867,284
Gastos Operacionais	1,266,527,557	1,294,682,238
Gastos de imparidade	408,287,852	473,446,064
Lucro do exercício	408,852,244	656,206,920
Posição financeira		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	15,319,029,442	16,139,608,697
Depósitos de clientes	4,185,572,216	5,040,837,434
Capital próprio	4,675,136,448	4,266,283,848
Rácios		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	8.18%	13.27%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	9.15%	16.18%
Créditos improdutivos (NPL)/Empréstimos brutos	2.75%	3.31%

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

A margem de lucro líquida diminuiu de 13,27% para 8,18%, principalmente devido ao aumento dos juros e outras despesas semelhantes, bem como ao aumento das despesas de imparidade. A rentabilidade dos capitais próprios também diminuiu de 16,18% para 9,15%, principalmente devido à diminuição dos lucros após impostos.

No que se refere à captação de depósitos, a Bayport decidiu reduzir a exposição para minimizar o impacto do aumento do rácio de reserva de caixa. Para o efeito, foi reduzido o preçário, o que levou à saída de alguns depósitos. Globalmente, a carteira de depósitos registou uma redução de 855,27 milhões de Meticais.

Recursos Humanos

Em Dezembro de 2023, o número de efectivos, incluindo a gestão, era de 130, repartidos da seguinte forma em termos de género.

	2023	2022
Feminino	52	50
Masculino	78	82
Total	130	132

O ligeiro decréscimo do número de efectivos deve-se a posições que ainda não tinham sido ocupadas até ao final do ano.

O Bayport realizou vários programas de formação para os seus colaboradores durante o ano, tais como Anti-Lavagem de Dinheiro, Melhoria da Satisfação do Cliente: Gestão de Reclamações - NM ISO 10002:2018, Formação em Compliance OCOS - ICA, Excelência no Atendimento ao Cliente - *Back Office*. O Bayport recorreu ainda à formação interna em *eLearning* na plataforma *Moodle*, onde os colaboradores receberam formação interna sobre temas como, Anti-Fraude, Técnicas de Entrevista, Ambiente, Social e Governance (ESG), Serviços e Experiência do Cliente, Cobranças (Ciclo, Fixações, Reestruturações), Liquidação Antecipada, Garantia de Qualidade, Processo de Gestão de Desempenho, NAVEX, Gestão de Risco, Recepções, Reembolsos e Imagem Corporativa. Adicionalmente, o Bayport recorreu à formação interna *eLearning* na plataforma Bayport Academy, onde os colaboradores receberam formação interna sobre temas como Proteção de Dados, Proteção de Passwords, Links Maliciosos, Insider Threats, Ransomware, Malware, BEC Scams, Contagem de Ameaças Online, ESG, Engenharia Social, Surfing the Web (Phishing) e Spear Phishing

Rede de Agências

O número total de agências existentes era de 11 no final do ano, inalterado desde 2022. No entanto, as agências continuam a ser amplamente distribuídas com pelo menos uma agência em cada província, reforçando a inclusão financeira. As restantes 11 agências estão localizadas da seguinte forma:



3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do risco e pela definição do quadro de gestão do risco. A supervisão directa da gestão do risco é da responsabilidade do Comité de Risco e Conformidade ("RCC"). O RCC monitora os riscos associados ao crédito, reputacional, tecnologia de informação, operacional, conduta, conformidade, jurídico, estratégico, financeiro, taxa de juro, moeda estrangeira e liquidez. O RCC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, a definição do apetite de risco e o monitoramento da gestão de risco do Microbanco. O Microbanco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que é responsável pela gestão dos activos e passivos. O ALCO, que é composto por membros da direcção, reporta ao RCC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável na realização de negócios. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Microbanco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Microbanco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Risco de taxas de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Gestão de risco do capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Microbanco revê a estrutura de capital numa base regular. O Microbanco tem regulamentos que esboçam o montante de capital que todos o Microbanco devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. A fim de manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante de dividendos pagos aos accionistas, devolver capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistente com outros no sector, o Microbanco também monitora o capital com base no rácio de endividamento.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do microbanco era de 25.14%, confortavelmente superior ao limite mínimo.

Risco cambial

O Microbanco está exposto ao risco cambial decorrente de várias exposições cambiais, principalmente através de empréstimos e contas a pagar e, saldos bancários em moeda estrangeira em dólares dos Estados Unidos. O Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. A entidade tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

3. Análise das Demonstrações Financeiras (continuação)

Política anti-fraude

O Microbanco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Banco para uma maior transparência e prevenção e/ou deteção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

4. Capital Social

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	2,748,240,000	99,00
Whatana Investments	13,880,000	0,50
Outros particulares	13,880,000	0,50
Total	2,776,000,000	100.00

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento do capital social emitido.

5. Dividendos

Embora o Microbanco tenha registado lucros, devido ao efeito negativo contínuo do elevado rácio de Reservas Obrigatórias na liquidez do Microbanco, o Conselho de Administração decidiu não declarar dividendos nos resultados do exercício de 2023 (2022: nulo).

6. Governança

A estrutura de governação do Microbanco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comités. No final do ano, existiam quatro comités do conselho de administração, nomeadamente, o Comité de Auditoria, o Comité de Crédito, Comité de Remuneração (REMCO) e o Comité de Risco e Conformidade. O Comité de Risco e Conformidade criou um sub-comité, nomeadamente, o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão diária do Microbanco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções ao Comité Executivo, que é chefiado pelo Administrador Delegado.

6.1 Conselho Fiscal Único

O fiscal Único do Microbanco durante o corrente exercício foi a CW Ducker.

6.2 Mesa da Assembleia Geral

Daisy Nogueira (CGA) Secretária da Sociedade

6.3 Composição do Conselho de Administração

Os Membros do Conselho de Administração do Microbanco na data de aprovação das demonstrações financeiras são os seguintes:

Grant Colin Kurland	Presidente
Bene Machatine	Administrador Executivo
Bryan Arlow*	Administrador Não Executivo
Helena Fernandes	Administradora Não Executiva
Ivan Machava*	Administrador Não Executivo
Nothando Ndebele*	Administrador Não Executivo
Ranganai Mubaiwa	Administrador Executivo

* Estes administradores foram devidamente nomeados pelos accionistas, mas aguardam a aprovação do Banco de Moçambique.

6. Governança (continuação)

6.2 Comité Executivo

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras, os membros do Comité Executivo são os seguintes:

Comité Executivo

Bene Machatine	Administrador Delegado
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro
Francisco Orlando	Executivo Comercial e de Operações

7. Eventos após o período de relato

Os administradores não têm conhecimento de qualquer acontecimento importante que tenha ocorrido após a data do relatório e até à data do presente relatório.

8. Empresa-mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd. que foi constituída na República das Maurícias.

9. Auditores

Os auditores externos do microbanco é a Mazars - Sociedade de Contabilistas & Auditores Certificados, Lda, nomeada em Março de 2021 em conformidade com o Decreto n.º 65/2011 de 21 de Dezembro de 2011.

10. Proposta de aplicação de lucros

Propõe-se o seguinte;

- Transferência para Reserva Legal - propõe-se que 122,655,674 Meticais, representando 30% do lucro realizado em 2022, seja transferido para uma reserva legal em conformidade com os requisitos legais (Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 em particular).
- É ainda proposto que o restante do lucro, no montante de 286,196,570 Meticais, seja mantido em lucros retidos.


As demonstrações financeiras constantes das páginas 22 - 62, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 19 de Março de 2024 e foram assinadas em seu nome por:



Grant Colin Kurland
(Presidente)



Bene Machatine
Administrador Delegado



Bryan Arlow
(Administrador não executivo)



Helena Fernandes
(Administradora não executiva)



Ivan Machava
(Administrador não executivo)



Nothando Ndebele
(Administradora não executiva)



Ranganai Mubaiwa
(Administrador Financeiro)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

Bayport Financial Services Moçambique, S.A.

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Bayport Financial Services Moçambique, S.A.** (de ora adiante também designado de “Microbanco” ou “Bayport”) constantes das páginas 22 a 62, que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2023, a Demonstração de resultados e Outros rendimentos integrais, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Microbanco em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* abaixo. Somos independentes do Microbanco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (*International Ethics Standards Board for Accountants*) e com os requisitos éticos relevantes para a Auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na Auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da Auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Perdas por imparidade da carteira de crédito concedido a clientes

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado na Nota 1.4 das notas anexas às demonstrações financeiras (“Instrumentos financeiros”), as perdas por imparidade da carteira de crédito concedidos a clientes, registadas nas demonstrações financeiras, representam a melhor estimativa do Órgão de Gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de crédito.</p> <p>Estas imparidades são determinadas através de análise colectiva. As imparidades calculadas com base na análise colectiva são determinadas, considerando dados, pressupostos e estimativas, sujeitos a juízos de valor formados pelo Órgão de Gestão.</p> <p>Considerando a materialidade e natureza subjectiva das imparidades da carteira de crédito concedido a clientes, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e teste à concepção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito do Microbanco. Estes controlos incluem aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância e os registos contabilísticos efectuados relativamente à imparidade quantificada da carteira de crédito a clientes; • Realização de testes substantivos ao modelo de imparidade do Microbanco, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de Auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adoptados na determinação dos parâmetros de risco e da imparidade colectiva, recorrendo à extracção das informações utilizadas no modelo (<i>inputs</i>), reexecução dos cálculos e revisão da análise de sensibilidade efectuada pelo Microbanco, relativamente aos pressupostos críticos subjacentes. Esta revisão teve também como objectivo garantir

o alinhamento do modelo instituído com os requisitos da Norma Internacional de Relato Financeiro n.º 9 (IFRS 9); e

- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.

Partes relacionadas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A ISA 550 requer que um Auditor execute procedimentos de auditoria, por forma a obter informação relevante que lhe permita identificar riscos de distorção material associados à existência de Partes relacionadas e à identificação das respectivas transacções com essas Partes Relacionadas. Todas as transacções significativas com Partes Relacionadas fora do âmbito normal da actividade do Microbanco devem ser consideradas como apresentando risco significativo.</p> <p>Os saldos de Partes relacionadas, transacções com partes relacionadas e as Remunerações dos administradores e outro pessoal-chave da Gestão encontram-se divulgados na Nota 30 (“Partes relacionadas”). Considerando a materialidade e natureza dos saldos e transacções com Partes relacionadas, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indagar a Gestão e outros órgãos relevantes no Microbanco sobre a identidade de partes relacionadas, a natureza das relações entre o Microbanco e as partes relacionadas, o tipo e propósito de transacções com partes relacionadas e sobre a existência de actividades de controlo estabelecidas pelo Órgão de gestão que permitam: (i) identificar, contabilizar e divulgar relações e transacções com partes relacionadas, de acordo com o referencial de relato financeiro aplicável; (ii) autorizar e aprovar as transacções significativas e aprovar transacções e acordos significativos com partes relacionadas; e (iii) autorizar e aprovar transacções significativas e acordos fora do âmbito normal da actividade • Inspeccionar registos ou documentos e permanecer sempre alerta para relações ou transacções com partes relacionadas não identificadas. Inspeccionar em particular os registos e documentos seguintes, para partes relacionadas que não tenham sido identificadas ou divulgadas anteriormente: (i) confirmações recebidas das Partes

relacionadas; (ii) confirmações recebidas de bancos e advogados; (iii) Actas de Assembleias Gerais de accionistas e dos encarregados da governação; e (iv) outros registos ou documentos considerados necessários nas circunstâncias particulares do Microbanco;

- Relativamente a transacções significativas com partes relacionadas fora do âmbito normal da actividade, inspeccionar os contractos ou acordos subjacentes e assegurar que as transacções foram apropriadamente autorizadas e aprovadas; e
- Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.

 Continuidade das Operações

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Conforme divulgado na Nota 1.1 das notas anexas às demonstrações financeiras (“Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa”), a Administração do Microbanco avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações.</p> <p>Segundo o pressuposto da continuidade, uma entidade é geralmente vista como continuando a actividade no futuro previsível sem a intenção ou necessidade de liquidação, cessar operações, ou procurar protecção dos credores. Deste modo, os activos e passivos são registados no pressuposto de que a entidade será capaz de realizar os seus activos e liquidar os seus passivos no decurso normal da actividade.</p> <p>Considerando a importância e subjectividade da avaliação efectuada pelo Órgão de gestão, esta matéria foi considerada como relevante no âmbito da nossa Auditoria.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de Auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação das actividades de controlo gerais instituídas no Microbanco; • Análise às actividades de controlo implementadas associadas ao processo de avaliação da Administração do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações, nomeadamente a existência ou não de segregação de funções; • Avaliação dos planos de acção do Órgão de Gestão e/ou documentação de suporte e concluir sobre a existência ou não de incerteza material ou se o uso do pressuposto da continuidade não é apropriado; • Revisão e avaliação do Plano de negócios do Microbanco e do respectivo Orçamento; • Obtenção e análise de documentação de suporte utilizada na preparação do Plano de negócios e do Orçamento do Microbanco; • Avaliação da documentação de suporte utilizada na preparação do Plano de negócios e do Orçamento do Microbanco e se os pressupostos considerados nos documentos são realistas

-
- Solicitação de declarações escritas ao Órgão de gestão (e aos encarregados da governação) relativamente aos seus planos para acções futuras e sua viabilidade;
 - Consideração dos Relatórios do Regulador; e
 - Avaliação sobre a adequação das divulgações constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras do Microbanco, relacionadas com esta matéria.
-

Outra informação

O Órgão de Gestão é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a informação incluída no documento intitulado "Relatório do Conselho de Administração". A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de Auditoria nem qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Órgão de Gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Órgão de Gestão tenha a intenção de liquidar o Microbanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Microbanco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Microbanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Microbanco para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de Auditoria para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Microbanco descontinue as suas actividades.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o Órgão de Fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- Declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

MAZARS SCAC, LDA.

Sociedade de Auditores Certificados: 16/SCA/OCAM/2016

Representada por:

 **mazars**
Lic. N.º 17/SCA/OCAM/2016

Dipak Lalgi

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012

Maputo, 19 de Março de 2024

Demonstração de Resultados e Outros Rendimentos Integrais

Valores em Meticais	Nota(s)	2023	2022
Juros e rendimentos similares	3	4,990,898,575	4,942,242,376
Juros e gastos similares	4	(2,758,023,441)	(2,228,846,780)
Rendimento líquido de juros		2,232,875,134	2,713,395,596
Rendimentos de serviços e comissões	5	90,901,228	100,968,948
Gastos com serviços e comissões	5	(97,026,467)	(97,564,526)
Serviços e comissões líquidas	5	(6,125,239)	3,404,422
Rendimentos operacionais líquidos	6	(4,718,601)	(6,611,646)
Outros rendimentos integrais		1,937,448	17,621,695
Ganhos (Perdas) de activos não correntes detidos para venda		(1,176,724)	57,217
Rendimentos operacionais		2,222,792,018	2,727,867,284
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e créditos e contas a receber	12&13&31.1	(408,287,852)	(473,446,064)
Rendimentos operacionais líquidos		1,814,504,166	2,254,421,220
Gastos com o pessoal	7	(496,229,410)	(522,588,075)
Depreciações e amortização	15&16&17	(126,350,597)	(132,849,995)
Outros gastos operacionais	8	(643,947,550)	(639,244,168)
Lucro antes de impostos		547,976,609	959,738,982
Imposto corrente	9,1	(109,611,772)	(289,413,715)
Imposto diferido	9,1	(29,512,593)	(14,118,347)
Lucro do exercício		408,852,244	656,206,920
Outros rendimentos integrais		-	-
Total do rendimento integral do exercício		408,852,244	656,206,920


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração da Posição Financeira

Valores em Metical	Nota	2023	2022
Activos			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,639,671,769	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	11	2,130,046,311	708,834,655
Empréstimos a adiantamentos a clientes	12	15,319,029,442	16,139,608,697
Outros activos	13	49,900,304	46,329,302
Outros activos financeiros	14	6,960,302	1,615,602,766
Activos tangíveis	15	42,947,324	64,253,247
Ativos sob direito de uso	16	74,957,428	93,660,336
Activos intangíveis	17	311,943,155	367,373,033
Activos por impostos correntes	9.2	138,527,412	2,819,338
Activos por impostos diferidos	9.3	3,349,520	5,621,440
Total de Activos		19,717,332,967	19,602,881,740
Passivos e Capital Próprio			
Passivos			
Depósitos de clientes	18	4,185,572,216	5,040,837,434
Outros Passivos	20	667,078,218	604,649,055
Locação financeira	21	85,424,679	111,227,336
Empréstimos	22	8,608,761,203	7,966,353,903
Empréstimos dos accionistas	23	1,455,238,090	1,600,648,723
Passivos por impostos diferidos	9.3	40,122,113	12,881,441
Total dos Passivos		15,042,196,519	15,336,597,892
Capital próprio			
Capital Social	24	2,776,000,000	2,775,999,645
Reserva legais	25	702,934,115	506,072,038
Lucros acumulados		1,196,202,333	984,212,165
Total do capital próprio		4,675,136,448	4,266,283,848
Total dos Passivos e do Capital Próprio		19,717,332,967	19,602,881,740


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital Social	Outras componentes do capital próprio	Total do Capital	Reserva legal	Lucros acumulados / (Prejuízos acumulados)	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	2,775,999,645	234,520,933	3,010,520,578	246,257,848	587,819,435	3,844,597,861
Reembolso de depósito de ações	-	(234,520,933)	(234,520,933)	-	-	(234,520,933)
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	656,206,920	656,206,920
Transferência para reservas legais	-	-	-	259,814,190	(259,814,190)	-
Total de alterações	-	(234,520,933)	(234,520,933)	259,814,190	396,392,730	421,685,987
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	2,775,999,645	234 520 933	2,775,999,645	506,072,038	984,212,165	4,266,283,848
Emissão de ações	355	(234 520 933)	355	-	-	355
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	408,852,244	408,852,244
Transferência para reservas legais	-	-	-	196,862,077	(196,862,077)	-
Total de alterações	355	(234 520 933)	355	196,862,077	211,990,168	408,852,599
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	2,776,000,000	-	2,776,000,000	702,934,115	1,196,202,333	4,675,136,448

Nota

24

24

24

25


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Caixa utilizado em operações	26	3,585,902,753	2,573,117,095
Custos financeiros pagos		(2,510,911,075)	(2,362,497,913)
Imposto pago		(245,319,846)	(493,665,789)
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais		829,671,832	(283,046,607)
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento	15	(13,062,359)	(17,896,247)
Movimento em títulos	14	1,608,642,463	(175,648,287)
Aquisição de activos intangíveis	17	(9,144,410)	(327,600)
Alienação de activos tangíveis		3,437,124	789,820
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento		1,589,872,818	(193,082,314)
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento			
Emissão de obrigações e papéis comerciais	27	1,395,045,100	292,999,000
Aumento de empréstimos	27	1,835,673,531	3,079,840,000
Reembolso de empréstimos - capital	27	(2,647,989,693)	(2,041,476,493)
Reembolso de empréstimo de accionistas	27	(458,892,227)	(42,001,846)
Passivo de Locação - reembolso de capital	27	(24,316,191)	(22,468,229)
Passivo de Locação - reembolso de juros	27	(16,961,026)	(18,653,103)
(Reembolso)/Recebimento de depósito para acções		355	(234,520,933)
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento		82,559,849	1,013,718,396
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		2,502,104,499	537,589,475
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1,267,613,581	730,024,106
Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	3,769,718,080	1,267,613,581


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Informações relevantes sobre a política contabilística

Informação Corporativa

O Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Microbanco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias. O Microbanco está envolvido na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e pelas disposições do aviso 4/GBM/2007 de 30 de Março de 2007. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excepto para a mensuração de certos instrumentos financeiros pelo justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas a seguir descritas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais.

Para efeitos de supervisão, Bayport qualifica-se como um Microbanco que está sujeito à Lei 20/2020 de 31 de Dezembro de 2020 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração da posição financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF's requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistos. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Microbanco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Microbanco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Microbanco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

Vida útil e valores residuais de activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. A vida útil dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao reavaliar a vida dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclo de vida dos produtos e programas de manutenção.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de, Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa (continuação)

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco está sujeito. Não se espera que quaisquer correções à base fiscal declarada em resultado destas revisões tenham um efeito material nas demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro, face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na NIRF 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas.- As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

Locações de acordo com a NIRF 16

Os julgamentos críticos feitos sobre a aplicação da NIRF 16 incluem a identificação dos contratos de arrendamento e a razoabilidade em determinar se será exercida uma extensão ou uma opção de rescisão.

1.2 Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Microbanco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

O custo de um item de propriedade e equipamento é reconhecido como um activo quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Microbanco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em activos tangíveis, o valor contabilístico da parte substituída é desreconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

1.2 Activos tangíveis (continuação)

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Mobiliário de escritório
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Mobiliário de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística.

Cada componente de um activo tangível que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente.

O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activo tangível é avaliado como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o item é desreconhecido.

1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Microbanco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo.

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza fluxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a amortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o método de amortização são revistos em cada data de relato.

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares não são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Mobiliário de escritório
Software informático	3 - 7 anos

Um activo intangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo intangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído na demonstração de resultados quando o item é desreconhecido.

1.4 Instrumentos financeiros

Classificação

O Microbanco classifica os activos e passivos financeiros segundo as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado;

O Microbanco pode fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Microbanco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido a um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Microbanco;
- Os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- A frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Microbanco considera os termos contratuais do instrumento. Inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Microbanco considera:

- A taxa de juros cobrada aos clientes;
- A comissão de originação e a comissão de serviço cobradas aos clientes;
- Quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se existirem);
- Eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- Características de alavancagem;
- Termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- Termos que limitam a reivindicação do Microbanco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- características que modicam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, empréstimos e adiantamentos.

Se o modelo de negócio/ teste do SPPI (Classificação dos Instrumentos Financeiros-Somente pagamento de principal e juros) não for satisfeito, o activo financeiro seria classificados como justo valor através de lucros ou perdas.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Reconhecimento inicial e mensuração

O Microbanco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Microbanco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Microbanco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de capital próprio designados como justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem com as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada do activo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, o Microbanco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contractuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, a taxa de juro efectiva ajustada é calculada utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juros efectiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

As comissões de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas em juros e outros rendimentos semelhantes.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Microbanco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contracto, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Microbanco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contractuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Imparidade de activos financeiros

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Microbanco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Microbanco utilizou a presunção refutável de vencidos à mais de 30 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Risco de Crédito

O Microbanco acompanha o risco de crédito dos mutuários, utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias de atraso e de recapitalização. Os dias de atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e o rectificativo é calculado por referência ao histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de incumprimento utilizada na mensuração das perdas esperadas de crédito é consistente com a definição de incumprimento utilizada para fins de nossa gestão interna de risco de crédito. A política de gestão é utilizar a informação actual para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo em oposição aos dias em atraso devido a altos níveis de administração e atrasos concomitantes associados a deduções na folha de pagamento. A definição interna de incumprimento é utilizada em vez da presunção de 90 dias da NIRF 9.

Definição de Incumprimento

O Microbanco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Microbanco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Microbanco).

Independentemente da análise acima referida, o Microbanco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

Activos financeiros por imparidade

Em cada data de reporte, o Microbanco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro encontra-se em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está com imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Política de abate

O Microbanco abate um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

O Microbanco reconhece provisões imparidade para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes activos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

As imparidades de clientes e outros devedores são sempre mensurados num montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Microbanco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Microbanco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

O Microbanco classifica o empréstimo em 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

Alocação de Estágios NIRF 9	Recência	Definição de Recência
12 meses - ECL - O risco de crédito não aumentou significativamente desde que o reconhecimento inicial é baixo	Desempenho Padrão	Nenhuma prestação em falta (NIRF 9 Estágio 1).
Cálculo da perda esperada (ECL)-ECL- Sem imparidade de Crédito. O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo.	Desempenho Activo (1-2)	Empréstimos que estão com desempenho activo, na folha de pagamento, e que fizeram o pagamento de uma ou de ambas as suas 2 prestações mais recentes previstas. Os empréstimos nesta categoria referem-se principalmente a empréstimos em atrasos por aspectos técnicos que geralmente ainda estão na folha de pagamento e, como consequência, evidenciam uma elevada propensão para o pagamento. (NIRF 9 Estágio 2).
	Desempenho Activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou improdutivo. (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2).
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Credito com imparidade - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos.	Crédito Improdutivo	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (NIRF 9 Estágio 3).
	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para Write-Off de créditos (abate ao ativo) sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (NIRF 9 Estágio 3).

1.4 Instrumentos financeiros (continuação)

Consultar a nota 31 sobre gestão e medição do risco de crédito.

- Dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- Uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- Torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Cientes e outros devedores

Contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A imparidade reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Cientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Imposto

Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

1.5 Imposto (continuação)

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Banco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

1.6 Locações

No início de um contrato, o Microbanco avalia se um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar a utilização de um bem identificado, o Microbanco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Microbanco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Microbanco tem o direito de controlar o uso do activo. O Microbanco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Banco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:
 - O Microbanco tiver o direito de operar o activo; ou
 - O Microbanco concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Microbanco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Microbanco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação.

Como locatário

O Microbanco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local onde este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo relativo do direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou ao até ao fim do prazo do locação. A vida útil estimada dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

1.6 Locações (continuação)

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação que não são no início descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Microbanco. Em geral, o Microbanco utiliza a sua taxa de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo, pagamentos fixos em espécie;
- Pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- Montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- O preço de exercício de uma opção de compra que o Microbanco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Microbanco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Microbanco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Microbanco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Microbanco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Microbanco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na responsabilidade de investimento em "activos tangíveis" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de bens de baixo valor.

O Microbanco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Microbanco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo de locação.

1.7 Imparidade de activos e outros activos financeiros

O Microbanco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Microbanco também:

- Testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzida à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.

1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

1.8 Capital social e capital próprio (continuação)

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

1.9 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Microbanco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- O Microbanco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- For provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- A obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação. O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- Tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - O negócio ou parte de um negócio em causa;
 - Os principais locais afectados;
 - A localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
 - Os gastos que serão realizados; e
 - Quando será implementado o plano.
- Suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- Valor que seria reconhecido como provisão; e
- Valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências são divulgadas na Nota 29.

1.11 Rédito

Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos.

Rendimentos de juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- Activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, o Banco aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial;
- Activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, o Banco aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro que é um activo financeiro comprado ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Microbanco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas.

Rendimentos de serviços e comissões

O Microbanco obtém rendimentos de serviços e comissões através os serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são, cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados.

Receitas de taxas da prestação de serviços operacionais

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos;
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

1.13 Custos de empréstimos obtidos (continuação)

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- As despesas do activo foram incorridas;
- Os custos de empréstimos foram incorridos, e
- Quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

1.14 Conversão de moeda estrangeira

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando a cambio de fecho;
- Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando a taxa de câmbio à data da transacção; e
- Itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando as taxas de câmbio à data quando o justo foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial

desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Microbanco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2023.

2.1. Normas e interpretações novas e revistas antecipadamente adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, mas podem ter impacto nas contas de transacções ou acordos futuros.

- IFRS 17 Contractos de Seguro (incluindo Junho 2020 e Dezembro 2021 Emendas da IFRS 17) – edição original (em vigor a partir de 1 Janeiro 2023)
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Emendas da IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração Prática 2 em relação a juízos de valor sobre a materialidade — Divulgação de Políticas Contabilísticas (em vigor a partir de 1 Janeiro 2023)
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento - alterações ao imposto diferido relacionado com activos e passivos resultantes de uma única transacção (em vigor a partir de 1 Janeiro 2023)
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – emendas relativas a alterações relativas à reforma fiscal internacional - regras-modelo do segundo pilar (em vigor a partir de 1 Janeiro 2023)
- IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros – emendas relativas à definição de estimativas contabilísticas (em vigor a partir de 1 Janeiro 2023)

2.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos - Alterações relativas à Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto (data efectiva ainda por definir)
- IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Emendas relativas à classificação de passivos como correntes ou não correntes (a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2024)
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Alterações relativas aos passivos não correntes com acordos (a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2024)
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Emendas relativas a acordos de financiamento de fornecedores (a aplicar a partir de 1 de Janeiro de 2024)
- IFRS 16 - Locações - Emendas relativas ao passivo de locação numa venda e relocação (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2024)

Os Administradores antecipam que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais do Microbanco para os períodos anuais com início nas respectivas datas, como indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação destas alterações.

3. Juros e rendimentos similares

	2023	2022
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	4,748,823,320	4,747,804,716
Juros bancários e de títulos de investimento	242,075,255	194,437,660
Total de juros e rendimentos similares	4,990,898,575	4,942,242,376

4. Juros e gastos similares

	2023	2022
Juros das obrigações e papéis comerciais	782,459,065	489,203,054
Juros de empréstimos e descobertos bancários	1,138,721,026	752,761,419
Juros de empréstimos dos accionistas	166,958,264	217,501,891
Juros de contratos de locação financeira	16,961,026	18,653,103
Juros de depósitos de clientes	652,924,060	750,727,313
Total de juros e gastos similares	2,758,023,441	2,228,846,780

5. Serviços e comissões líquidas

	2023	2022
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	90,901,228	100,968,948
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com serviços e comissões	(97,026,467)	(97,564,526)
Serviços e comissões líquidas	(6,125,239)	3,404,422

6. Rendimentos operacionais líquidos

	2023	2022
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis		
Diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis	(4,718,601)	(6,611,646)

7. Gastos com o pessoal

	2023	2022
Os gastos com o pessoal são como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	488,482,098	513,691,077
Contribuição para o INSS	7,747,312	8,896,998
Total dos gastos com o pessoal	496,229,410	522,588,075

8. Outros gastos operacionais

	2023	2022
Imposto de selo	2,007,635	3,013,792
Honorários Profissionais	385,773,215	366,880,308
Deslocações estadias	41,418,557	46,916,999
Comunicações	6,056,963	5,100,917
Aluguer de exploração*	55,887	199,389
Publicidade	2,446,883	6,382,909
Combustível	3,574,040	3,598,399
Despesas de Representação	470,371	163,955
Seguros	4,895,415	5,190,945
Multas e penalidades	1,749,804	3,415,619
Segurança de instalações	6,465,268	5,928,156
Impressão e material de escritório	10,050,411	9,354,284
Manutenção e reparação	3,338,001	3,343,998
Outros	175,645,100	179,754,498
Total de outros gastos operacionais	643,947,550	639,244,168

* Os custos de *leasing* operacional consistem em arrendamentos de activos de baixo valor e arrendamentos com uma duração igual ou inferior a 12 meses que não são contabilizados ao abrigo da IFRS 16 divulgações. Estes incluem espaço de aluguer para geradores e taxas de condomínio.

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

	2023	2022
Imposto corrente		
Em relação ao exercício corrente	80,171,060	248,558,422
Em relação ao exercício anterior	(16,996,395)	201,686
Imposto sobre o rendimento retido na fonte	46,437,107	40,653,607
Total do imposto corrente	109,611,772	289,413,715
Imposto diferido		
Em relação ao exercício corrente	29,780,617	14,118,347
Em relação ao exercício anterior	(268,024)	
Total do imposto diferido	29,512,593	14,118,347
Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente	139,124,365	303,532,062

Reconciliação de gastos com impostos

	2023		2022	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Lucro antes de impostos		547,976,609		959,738,986
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32,00%	175,352,515	32,00%	307,116,476
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	6,31%	34,558,842	3,91%	37,492,128
Encargos dedutíveis	-23,68 %	(129,740,297)	-10,01%	(96,050,182)
Tributação		80,171,060		248,558,422
Imposto corrente em relação ao exercício anterior		(16,996,395)		201,686
Imposto sobre o rendimento retido na fonte		46,437,107		40,653,607
Total do imposto corrente		109,611,772		289,413,715
Taxa de imposto efectiva		20.00%		30.16%

9.2 Activos e passivos por impostos correntes

	2023	2022
Activos por impostos correntes	138,527,412	2,819,338
Impostos a pagar	-	-
	138,527,412	2,819,338
Em 1 de Janeiro	2,819,338	(201,432,736)
Imposto pago	198,882,739	453,012,182
Imposto corrente para o ano reconhecido na demonstração de resultados	(80,171,060)	(248,558,422)
Despesas fiscais correntes relativas ao ano anterior	16,996,395	-
Anulação processada na declaração de rendimentos	-	(201,686)
Em 31 de Dezembro	138,527,412	2,819,338

9.3 Activos por impostos diferido

Segue-se a análise dos activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira.

	2023	2022
Activos por impostos diferidos		
IFRS 16 – Direito de Uso	3,349,520	5,621,440
Total de Activos por impostos diferidos	3,349,520	5,621,440
Passivos por impostos diferidos		
Taxas de depreciação aceleradas	(39,359,132)	(11,597,858)
Diferenças Cambiais não realizadas	(762,982)	(1,283,583)
Total de Passivos por impostos diferidos	(40,122,114)	(12,881,441)
Activos e passivos por impostos diferidos	(36,772,594)	(7,260,001)
Reconciliação de activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	(7,260,001)	6,858,347
Subsídios de capital acelerados	(27,761,275)	(21,123,185)
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	520,602	1,383,397
IFRS 16 – Direito de Uso	(2,271,920)	5,621,440
Prejuízos fiscais disponíveis para dedução de rendimentos tributáveis futuros	-	-
Em 31 de Dezembro	(36,772,594)	(7,260,001)

Os activos por impostos diferidos relacionados com as perdas fiscais não realizadas foram totalmente utilizados para compensar os rendimentos imputáveis durante o ano.

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

	2023	2022
Activos correntes		
A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é a que se segue:		
Moeda nacional	1,639,671,769	558,778,926
	1,639,671,769	558,778,926

Os saldos detidos junto do Banco Central de Moçambique satisfazem as suas exigências de manutenção de reservas de caixa suficientes. O requisito mínimo de reserva de caixa era de MZN 1,573,255,674 em 31 de Dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: MZN 517,955,285). As regras em vigor em 31 de Dezembro de 2023, conforme especificado na Circular n.º 02/EMO/2023 do Aviso 01/GBM/2023 do Banco Central, estabelecem que as instituições financeiras têm de depositar um saldo médio de 39% em moeda nacional e 39,50% em moeda estrangeira dos depósitos dos seus clientes no final de cada período de cálculo (2022: 10,50% e 11,50%, respectivamente). Não são auferidos juros sobre estes saldos de reservas mínimas junto do Banco Central de Moçambique.

11. Depósitos em outras instituições financeiras

	2023	2022
Activos correntes		
Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:		
Saldos de caixa		
Dinheiro móvel disponível	3,106,158	6,140,677
Saldos em depósitos bancários		
Moeda nacional	2,126,805,845	702,555,277
Moeda estrangeira	134,308	138,701
Total de saldos em depósitos bancário	2,126,940,153	702,693,978
Total de depósitos em outras instituições financeiras	2,130,046,311	708,834,655

12. Empréstimos a adiantamentos a clientes

	2023	2022
Montante bruto dos empréstimos	16,380,722,158	17,037,038,085
Imparidade acumulada	(1,061,692,716)	(897,429,388)
Empréstimos a adiantamentos a clientes	15,319,029,442	16,139,608,697
Imparidade acumulada		
Em 1 de Janeiro	897,429,388	414,847,077
Imparidade líquida reconhecida em resultados	513,150,477	488,416,192
Utilização das imparidades	(348,887,149)	(5,833,881)
Em 31 de Dezembro	1,061,692,716	897,429,388
Activos não correntes	13,028,760,232	13,944,327,048
Activos correntes	2,290,269,210	2,195,281,649
Empréstimos a adiantamentos a clientes	15,319,029,442	16,139,608,697

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 31.1

À data do presente relatório, o abaixo representa empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho Administração.

Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	1,426,485	1,253,529
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	1,426,485	1,253,529

13. Outros Activos

	2023	2022
Despesas pré-pagas	15,552,293	13,320,592
Outros devedores	34,348,011	33,008,710
Imparidade acumulada	-	-
Total de outros activos	49,900,304	46,329,302
Imparidade acumulada		
Em 1 de Janeiro	-	18,333
Imparidade líquida reconhecida em resultados	-	-
Inversão da provisão de imparidades	-	(18,333)
Em 31 de Dezembro	-	-
Os outros devedores decompõem-se como segue:		
Adiantamentos aos trabalhadores	427,056	44,695
Depósitos de caução	2,112,086	2,054,086
Devedores diversos	31,808,868	30,909,929
Total de outros devedores	34,348,010	33,008,710
Devedores diversos incluem:		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	9,542,133	14,840,074
Outros	22,266,735	16,069,855
Total de outros devedores	31,808,868	30,909,929

14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, foi efectuado o seguinte investimento financeiro pelo Microbanco:

		2023	2022
Tipo de investimento			
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14.2	-	1,608,642,464
		6,960,302	1,615,602,766
Saldo inicial		1,615,602,766	1,439,954,479
Adições		5,561,433,737	5,747,947,341
Vencido		(7,170,076,201)	(5,572,299,054)
Em 31 de Dezembro		6,960,302	1,615,602,766

14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0,50	63 275	6 327 548
Taxas de registo		-	-	632 754
		0,50	63 275	6 960 302

Em Setembro 2018, o Microbanco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Banco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento a bancos e a outras instituições de crédito. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser medido de forma fiável.

14.2 Activos financeiros ao custo amortizado

	2023	2022
Bilhetes de Tesouro	-	1,614,616,545
Imparidade nos Bilhetes do Tesouro	-	(5 974 081)
	-	1,608,642,464

Os bilhetes do tesouro fazem parte da carteira de activos líquidos do Microbanco nos termos do regulamento do Banco de Moçambique sobre o Rácio de Liquidez (Aviso 14/GBM/2017). Os juros auferidos durante o ano variaram entre 17,55% e 17,85% (2022: 17,55% e 17,65%) ao ano. A estratégia do Microbanco consiste em investir em títulos que tenham, a partir da data de investimento, maturidades não superiores a três meses. No entanto, a gestão da Bayport decidiu que não haveria Bilhetes do Tesouro em circulação no final de 2023, para evitar imparidades elevadas decorrentes da descida da notação de crédito soberano de Moçambique durante o ano.

15. Activos tangíveis

Custo	Móveis e utensílios	Viaturas	Mobiliário de escritório	Equipamento informático	Obras em edifícios arrendados	Activos em curso	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	29,644,423	53,672,988	37,673,488	79,542,607	61,556,818	2,102,116	264,192,440
Adições	594,069	324,919	4,727,501	7,560,947	4,688,811	-	17,896,247
Alienações	(47,809)	(4,199,083)	(93,244)	(2,677,222)	-	-	(7,017,358)
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	30,190,683	49,798,824	42,307,745	84,426,331	66,245,629	2,102,116	275,071,329
Adições	-	5,100,000	801,052	3,736,199	3,425,108	-	13,062,359
Alienações	(5,759,564)	(9,088,312)	(15,319,650)	(22,258,497)	-	(964,805)	(53,390,828)
Transferências	-	-	-	-	1,137,311	(1,137,311)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	24,431,119	45,810,512	27,789,147	65,904,034	70,808,048	-	234,742,862
Depreciação acumulada							
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	23,629,687	25,019,399	31,710,239	57,515,166	42,429,749	-	180,304,240
Amortização do exercício	3,420,812	8,679,962	4,692,936	11,741,567	8,807,613	-	37,342,890
Alienações	(47,809)	(4,133,473)	(93,244)	(2,554,522)	-	-	(6,829,048)
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	27,002,690	29,565,888	36,309,931	66,702,211	51,237,362	-	210,818,082
Amortização do exercício	1,884,865	5,837,147	2,383,029	9,675,649	9,973,743	-	29,754,433
Alienações	(5,481,495)	(7,068,301)	(15,123,938)	(21,103,245)	-	-	(48,776,979)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	23,406,060	28,334,734	23,569,022	55,274,615	61,211,105	-	191,795,536
Quantia escriturada líquida							
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	1,025,059	17,475,778	4,220,125	10,629,419	9,596,943	-	42,947,324
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3,187,993	20,232,936	5,997,814	17,724,120	15,008,268	2,102,116	64,253,247

16. Ativos sob direito de uso

O Microbanco arrenda edifícios para as suas operações. A informação sobre as locações para os quais o Microbanco é locatário, é apresentada abaixo:

Custo	Locação de Espaço	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	217,178,509	217,178,509
Adições	32,920,216	32,920,216
Alterações	(14,314,361)	(14,314,361)
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	235,784,364	235,784,364
Adições	131,993,483	131,993,483
Alterações	(118,674,514)	(118,674,514)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	249,103,333	249,103,334
Depreciação acumulada		
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	114,001,874	114,001,874
Amortização do exercício	28 122 154	28 122 155
Cessaçao do Contrato de Locação	-	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	142,124,028	142,124,028
Amortização do exercício	32,021,877	32,021,877
Cessaçao do Contrato de Locação	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	174,145,905	174,145,906
Quantia escriturada líquida		
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	74,957,428	74,957,428
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	93,660,336	93,660,336

16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

	2023	2022
Juros de contratos de locação financeira	16,961,026	18,653,103
Amortização de um activo locado	32,021,877	28,122,155
Despesas relacionadas com locações de curto prazo	(16,988,932)	(9,141,101)
	31,993,971	37,634,156

16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

	2023	2022
Passivo de Locação - capital	24,316,191	22,468,229
Passivo de locação – juros	16,961,026	18,653,103
	41,277,217	41,121,332

17. Activos intangíveis

Custo	Software informático	Activo em desenvolvimento	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	556,132,857	23,996,781	580,129,638
Adições	327,600	-	327,600
Transferências	-	-	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	556,460,457	23,996,781	580,457,238
Adições	-	9,144,410	9,144,410
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	556,460,457	33,141,191	589,601,648
Depreciação acumulada			
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	145,403,419	-	145,403,419
Amortização do exercício	67,680,786	-	67,680,786
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	213,084,205	-	213,084,205
Amortização do exercício	64,574,288	-	64,574,288
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	277,658,493	-	277,658,493
Quantia escriturada líquida			
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	278,801,964	33,141,191	311,943,155
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	343,376,252	23,996,781	367,373,033

18. Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

	2023	2022
Empresas		
Depósitos a prazo	2,482,671,750	2,776,425,676
Contas correntes	70,720,995	53,466,722
Particulares		
Depósitos a prazo	1,561,994,101	2,170,434,923
Contas correntes	70,185,370	40,510,113
Total de depósitos de clientes	4,185,572,216	5,040,837,434
Análise de maturação		
Passivos correntes		
Depósitos a prazo	2,404,273,830	4,239,930,029
Contas correntes	140,906,365	93,976,835
Total de passivos correntes	2,545,180,195	4,333,906,864
Passivos não correntes		
Depósitos a prazo	1,640,392,021	706,930,570
Contas correntes	-	-
Total de passivos não correntes	1,640,392,021	706,930,570
Total de depósitos de clientes	4,185,572,216	5,040,837,434

19. Recursos de instituições de crédito

O Microbanco possui dois contratos de descoberto bancário no valor de 140,958,334 Meticais com outras instituições financeiras e tem vencimentos de um ano. Nenhum saldo a reportar a 31 de Dezembro de 2023 (2022: Nulo).

20. Outros Passivos

Passivos correntes

	2023	2022
Contas a pagar	412,932,797	326,932,014
Imposto retido na fonte a pagar	174,806,644	171,231,436
Credores diversos e acréscimos de gastos	79,338,777	106,485,605
Total de outros passivos	667,078,218	604,649,055

21. Locação financeira

	2023	2022
Análise de maturação		
Até 1 ano	39,627,874	56,678,207
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	78,457,739	85,750,015
Mais de 5 anos	-	11,998,235
	118,085,613	154,426,457
menos: encargos financeiros futuros	(32,660,934)	(43,199,121)
Total de passivo de locação descontados em 31 de Dezembro	85,424,679	111,227,336
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações vencidas		
No prazo de um ano	25,923,756	36,368,717
Do segundo ao quinto ano, inclusive	59,500,923	74,858,619
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	85,424,679	111,227,336
Passivos não correntes	59,500,923	74,858,619
Passivos correntes	25,923,756	36,368,717
	85,424,679	111,227,336

22. Empréstimos

	2023	2022
Devidos ao custo amortizado		
Obrigações corporativas	3,953,625,948	3,059,584,870
Papéis Comerciais	435,776,805	-
Empréstimos a prazo	4,291,147,081	4,991,664,268
Custos de transacção	(71,788,631)	(84,895,235)
	8,608,761,203	7,966,353,903

(i) Obrigações Corporativas com maturidade que varia de Abril de 2024 a Outubro de 2028.

(ii) Papéis comerciais com maturidade a Agosto de 2024.

(iii) Empréstimos a Prazo com maturidade que varia de Janeiro de 2024 a Novembro de 2027.

	2023	2022
Passivos não correntes		
Ao custo amortizado	5,762,707,864	6,064,195,650
Passivos correntes		
Ao custo amortizado	2,846,053,339	1,902,158,253
Total de empréstimos	8,608,761,203	7,966,353,903

23. Empréstimos dos accionistas

	2023	2022
Empréstimos dos accionistas	1,142,929,575	1,448,220,199
Honorários Profissionais	312,308,515	152,428,524
	1,455,238,090	1,600,648,723
Análise de maturação		
Passivos não correntes	1,142,929,575	1,448,220,199
Passivos correntes	312,308,515	152,428,524
	1,455,238,090	1,600,648,723

(i) Os empréstimos pendentes da Bayport Management Ltd são denominados em MZN. Em Janeiro de 2015, foi concedido um empréstimo a 10 anos em USD no valor de 22.500.000 USD, com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano. 10,5 milhões de Dólares Americanos desta facilidade foram subsequentemente convertidos em capital e o saldo restante foi convertido num empréstimo em Metical com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedida uma facilidade adicional de empréstimo a prazo de 45 milhões de USD a uma taxa fixa de 4% ao ano. O montante utilizado deste empréstimo denominado em USD foi totalmente pago em 2022. Em 31 de Dezembro de 2023, estavam ainda disponíveis 11,495,526 USD para serem utilizados (2022: 11,495,526 USD).

(ii) Os Honorários de profissionais são cobradas a uma taxa de 1.5% sobre empréstimos brutos, desde 16 de Novembro de 2016.

24. Capital Social

	Capital Social	Depósito para acções	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	2,775,999,645	234,520,933	3,010,520,578
Outras Componentes de Capital Próprio	-	(234,520,933)	(234,520,933)
Emissão de acções	-	-	-
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	2,775,999,645	-	2,775,999,645
Emissão de acções	355	-	355
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	2,776,000,000	-	2,776,000,000

Financiamento de depósito para acções fornecido ao Microbanco durante o exercício de reestruturação accionista no montante de MZN 234.520.933 retornados após revisão pelo Banco de Moçambique.

	Nº de Acções	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	2,483,521	2,483,521
Emissão de acções	292,479	292,479
Saldo em 01 de Janeiro de 2023	2,776,000	2,776,000
Emissão de acções	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	2 776 000	2 776 000

Durante o exercício, não foram emitidas acções ordinárias (2022: 292 479).

25. Reserva legal

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Microbanco deve afectar anualmente a uma reserva legal, nas seguintes proporções: a) 30%, quando as reservas formadas forem inferiores ao capital realizado; b) 15%, quando as reservas formadas forem iguais ou superiores ao capital realizado.

Como resultado, em 2023, foi transferida uma reserva legal no montante de MZN 196,862,077 com base nos lucros realizados em 2022.

	2023	2022
Em 1 de Janeiro	506,072,038	246,257,848
Dotação do exercício	196,862,077	259,814,190
Em 31 de Dezembro	702,934,115	506,072,038

26. Caixa utilizado em operações

	2023	2022
Lucro antes de impostos	547,976,609	959,738,986
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	126,350,597	132,625,851
Lucro / (Perda) na alienação de activos não correntes detidos para venda	1,176,724	(57,217)
Custos financeiros	2,758,023,441	2,228,846,780
Ganhos/(perdas) não realizados nas variações cambiais	1,671,317	3,830,450
Gastos com imparidade de crédito	466,876,630	548,704,325
Variações no capital circulante:		
Aumento de outros activos	(35,247,809)	(15,401,983)
Diminuição / (Aumento) do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	353,702,625	(2,671,746,154)
Aumento / (Diminuição) de outros passivos	220,637,836	(72,665,698)
(Diminuição) / Aumento em depósitos de clientes	(855,265,217)	1,459,241,756
Caixa utilizado em operações	3,585,902,753	2,573,117,095

27. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2023

	Locação Financeira	Empréstimos	Obrigações e papéis comerciais	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo Inicial	111,227,336	5,061,889,755	2,904,464,148	1,448,220,199	9,525,801,438
Itens de fluxo de caixa:					
Recebimentos	-	1,835,673,531	1,395,045,100	-	3,230,718,630
Reembolsos de capital	(24,316,191)	(2,647,989,693)	-	(458,892,227)	(3,131,198,111)
Juros / Cupões Pagos	(16,961,026)	(1,049,034,678)	(694,472,671)	-	(1,760,468,376)
Custo de transacções pagos	-	(10,246,691)	(19,356,766)	-	(29,603,457)
Itens que não são fluxo de caixa					
Movimentos em juros diferidos	16,961,026	1,036,000,736	754,078,370	153,601,603	1,960,641,736
Movimentos em custos de transacção diferidos	-	26,533,416	16,176,647	-	42,710,064
Outros ajustamentos	(1,486,465)	-	-	-	(1,486,465)
Saldo Final	85,424,679	4,252,826,376	4,355,934,828	1,142,929,575	9,837,115,459

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2022

	Locação Financeira	Empréstimos	Obrigações e papéis comerciais	Empréstimos de accionistas	Total
Saldo Inicial	127,472,363	3,998,289,811	2,584,659,988	1,695,333,384	8,405,755,546
Itens de fluxo de caixa:					
Recebimentos	-	3,079,840,000	292,999,000	-	3,372,839,000
Reembolsos de capital	(22,468,229)	(2,041,476,493)	-	(42,001,846)	(2,105,946,568)
Juros / Cupões Pagos	(18,653,103)	(551,097,108)	(451,390,534)	(776,451,202)	(1,797,591,947)
Custo de transacções pagos	-	(42,129,447)	(6,251,452)	-	(48,380,899)
Itens que não são fluxo de caixa					
Movimentos em juros diferidos	24,876,305	591,939,247	475,594,240	571,374,399	1,663,784,190
Movimentos em custos de transacção diferidos	-	26,523,745	8,852,906	-	35,376,652
Outros ajustamentos	-	-	-	(34,536)	(34,536)
Saldo Final	111,227,336	5,061,889,755	2,904,464,148	1,448,220,199	9,525,801,438

28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

		2023	2022
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	1,639,671,769	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	11	2,130,046,311	708,834,655
Total de caixa e equivalentes de caixa		3,769,718,080	1,267,613,581

29. Passivos contingentes

Os seguintes compromissos e contingências estavam presentes na data do relatório:

Empréstimos

Os contratos de empréstimo a prazo de mutuantes externos incluem garantias contra a nossa carteira de empréstimos ao montante de 6,251,072,221 Meticais em caso de incumprimentos de pagamento não remediados. A gestão não espera que os incumprimentos de pagamento não remediados aconteçam num futuro previsível.

Locações

O Microbanco celebrou vários contratos de locação para as suas 11 agências, bem como para as suas operações na sede. Estes foram contabilizados de acordo com os requisitos da IFRS 16, tal como divulgados na Nota 21.

Litígios

Existem onze processos judiciais abertos distintos instaurados por clientes em 2020 e 2023 contra o Microbanco por várias razões. O Microbanco nega vigorosamente que tenha culpa e está a defender-se. O aconselhamento jurídico recebido apoia a convicção dos Membros do Conselho de Administração de que as reclamações são infundadas. Prevê-se que os casos sejam encerrados até ao final de 2024. No caso do Microbanco ser considerado responsável, os Membros do Conselho de Administração foram informados de que é altamente improvável que a compensação a pagar exceda MZN 6,256,591. Os Membros do Conselho de Administração notam que no caso de um julgamento desfavorável, o Microbanco não seria capaz de recuperar a perda de outra parte.

30. Partes relacionadas

	2023	2022
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited	Actvest (Proprietary) Limited
Accionista	Whatana Investments, S.A	Whatana Investments, S.A
Conselho de Administração	Grant Kurland Helena Fernandes	Edgar Baloi
Conselho Fiscal	CW Ducker	CW Ducker

30.1 Saldo de partes relacionadas

	2023	2022
Montante devido a partes relacionadas		
Bayport Management Ltd	1,142,929,575	1,448,220,199
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	312,308,515	152,428,524
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperações de custos)	1,882,485	923,937
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários profissionais)	365,303,312	272,837,033
Empréstimos e contas a receber - administradores executivos	(1,426,485)	(1,253,529)

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 23.

30.2 Transacções com partes relacionadas

	2023	2022
Bayport Management Ltd		
Juros pagos	166,958,264	217,501,891
Honorários por serviços profissionais	104,594,867	236,419,098
Total	271,553,131	453,920,989
Actvest (Proprietary) Limited		
Honorários por serviços profissionais	37,935,791	128,113,574
Whatana Investments, S.A		
Remunerações dos administradores	27,364,460	25,079,095
Remuneração dos administradores		
Remuneração dos administradores	1,937,925	1,446,830

30.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da Gestão

	2023	2022
Benefícios de curto prazo ao pessoal	56,989,613	44,787,041
Benefícios pós emprego	1,118,364	1,092,196
Total	58,107,977	45,879,237

O Microbanco também contribui para o fundo de pensões do INSS em relação aos benefícios pós-emprego. Não houve outros benefícios a longo prazo, benefícios de rescisão ou pagamentos com base em ações incorridos em 2023 ou 2022.

31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Risco e Conformidade ("RCC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O RCC monitora riscos associados aos crédito, reputacional, tecnologia de informação, operacional, conduta, conformidade, legalidade, estratégico, taxas de juro, cambial e liquidez. O RCC é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Microbanco.

31.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Microbanco. Os principais risco de crédito a que o Banco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Microbanco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Microbanco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

Gestão e mensuração de risco de crédito

O Microbanco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 84 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais. Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

As cobranças das prestações são feitas através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento ("EAD" na sigla Inglesa) e perda dado o incumprimento ("LGD" na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dado o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Microbanco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

31.1 Risco de crédito (continuação)

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Microbanco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existirem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.-

Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2023	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade**	12,439,076,521	34,348,008	-	12,473,424,529
Vencido mas não em imparidade	3,513,400,863	-	-	3,513,400,863
Em imparidade	425,448,732	-	-	425,448,732
Dedução da imparidade	(1,061,692,716)	-	-	(1,061,692,716)
	15,316,233,400	34,348,008	-	15,350,581,408

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros Activos	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade**	14,875,124,201	33,008,710	1,621,576,847	16,529,709,758
Vencido mas não em imparidade	1,844,525,612	-	-	1,844,525,612
Em imparidade	419,293,868	-	-	419,293,868
Dedução da imparidade	(897,429,388)	-	(5,974,081)	(903,403,469)
	16,241,514,293	33,008,710	1,615,602,766	17,890,125,769

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade é a seguinte:

	2023	2022
Vencido até		
1 mês	1,483,750,689	764,386,981
1-2 meses	718,402,975	312,555,944
2-3 meses	409,261,927	164,713,139
3-4 meses	223,621,808	113,188,864
Mais de 4 meses	678,363,464	489,680,684
Empréstimos vencidos mas não em imparidade	3,513,400,863	1,844,525,612

31.1 Risco de crédito (continuação)

Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Microbanco é imaterial. Os empréstimos não garantidos são, no entanto, cobertos por um seguro de crédito de morte, invalidez permanente e temporária, retracção e doença pavorosa.

Reconciliação das perdas por imparidade	Estágio 1 Perdas por imparidade para 12 meses	Estágio 2 Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Estágio 3 Activos financeiros por imparidade	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2022	62,185,547	182,536,608	170,124,922	414,847,077
Originações	59,288,361	58,140,824	40,683,860	158,113,045
Movimentos da carteira existente	17,880,289	181,774,406	197,088,929	396,743,624
Desreconhecimento (liquidações no curso normal dos negócios)	(11,900,026)	(21,030,739)	(33,509,712)	(66,440,477)
Abates - (Write-offs)	-	-	(5,833,881)	(5,833,881)
Investments - existing book movements	5,974,081	-	-	5,974,081
Saldo em 01 Janeiro de 2023	133 428 253	401 421 099	368 554 117	903 403 469
Originations	19,616,598	26,679,397	6,223,244	52,519,239
Existing book movements	(41,262,648)	268,316,622	260,563,882	487,617,856
Derecognition (settlements in the ordinary course of business)	(5,220,416)	(8,170,135)	(13,596,068)	(26,986,619)
Write-offs	-	-	(348,887,149)	(348,887,149)
Investments - existing book movements	(5,974,081)	-	-	(5,974,081)
Em 31 Dezembro de 2023	100,587,705	688,246,983	272,858,027	1,061,692,715

31.2 Categorias de instrumentos financeiros

	2023	2022
Activos financeiros		
Ao custo amortizado		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,639,671,769	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	2,130,046,311	708,834,655
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	15,316,233,401	16,241,514,293
Outros Activos	34,348,007	33,008,710
Outros activos financeiros	-	1,608,642,464
Ao justo valor através de outro rendimento integral:		
Outros activos financeiros	6,960,302	6,960,302
Total de Activos financeiros	19,127,259,790	19,157,600,350
Passivos financeiros		
Ao custo amortizado		
Depósitos de clientes	4,185,572,216	5,040,837,434
Recursos de instituições de crédito	-	-
Outros Passivos	667,078,218	330,888,085
Locação financeira	85,424,679	111,227,336
Empréstimos*	8,680,549,833	8,051,249,138
Empréstimos dos accionistas	1,455,238,104	1,600,648,723
Total de Passivos financeiros	15,073,863,050	15,134,850,716

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Microbanco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. O risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Microbanco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Microbanco.

31.4 Risco de liquidez

O quadro abaixo analisa os activos e passivos por grupos de maturidade relevantes com base no período restante na demonstração da posição financeira até à data de maturidade contratual. A soma dos saldos representados na análise de maturidade não se reconcilia com o valor contabilístico do activo/passivo, conforme divulgado na demonstração da posição financeira. Isto porque os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A correspondência e o desencontro controlado dos prazos de vencimento e das taxas de juro dos activos e passivos é fundamental para a gestão da entidade. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez da entidade e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.-

Saldo em 31 de Dezembro de 2023					
Fluxos de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1 - 5 anos	>5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,639,671,769	-	-	-	1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	2,130,046,311	-	-	-	2,130,046,311
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,697,634,624	5,041,186,295	20,749,627,915	3,155,496,034	30,643,944,868
Outros Activos	34,348,007	-	-	-	34,348,007
Outros activos financeiros	-	-	-	-	-
Fluxos de caixa de activos financeiros	5,501,700,711	5,041,186,295	20,749,627,915	3,155,496,034	34,448,011,105
Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1 - 5 anos	>5 anos	Total
Depósitos de clientes	1,029,876,982	1,515,303,214	1,640,392,021	-	4,185,572,216
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-
Outros Passivos	667,078,217	-	-	-	667,078,217
Empréstimos	1,311,659,359	3,263,372,222	7,421,273,368	-	11,996,304,949
Empréstimos dos accionistas	349,453,726	1,136,006,612	79,092,123	-	1,564,552,461.00
Fluxos de caixa de passivos financeiros	3,358,068,284	5,914,682,048	9,140,757,512	-	18,413,507,844
Posição financeira líquida	2,143,632,427	(873,495,753)	11,608,870,403	3,155,496,034	16,034,503,261
Saldo em 31 de Dezembro de 2022					
Fluxos de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	> 5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	558,778,926	-	-	-	558,778,926
Depósitos em outras instituições financeiras	708,834,655	-	-	-	708,834,655
Empréstimos a adiantamentos a clientes	1,707,620,991	5,160,426,643	21,643,323,353	4,910,845,830	33,422,216,817
Outros Activos	33,008,710	-	-	-	33,008,710
Outros activos financeiros	1,177,398,368	431,244,096	-	-	1,608,642,464
Fluxos de caixa de activos financeiros	4,185,641,650	5,591,670,739	21,643,323,353	4,910,845,830	36,331,481,572
Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Depósitos de clientes	1,558,317,279	3,105,753,212	804,781,374	-	5,468,851,865
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-
Outros Passivos	604,649,055	-	-	-	604,649,055
Empréstimos	872,152,736	2,301,632,832	8,484,993,627	-	11,658,779,195
Empréstimos dos accionistas	280,075,274	475,978,342	1,083,741,646	-	1,839,795,262
Fluxos de caixa de passivos financeiros	3,315,194,344	5,883,364,386	10,373,516,647	-	19,572,075,377
Posição financeira líquida	870,447,306	(291,693,647)	11,269,806,706	4,910,845,830	16,759,406,195

31.5 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e os preços das acções. O risco dos preços das acções não se aplica ao Microbanco.

31.6 Risco de taxa de juros

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Microbanco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Microbanco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Microbanco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Microbanco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Microbanco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Análise de sensibilidade - Aumento/diminuição de 10% na margem de juros líquida

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juros de mercado que afectam o receitas ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado que afectam as receitas ou despesas de juros em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes forem reconhecidos pelo seus justos valores;
- As alterações nas taxas de juro terão um efeito nos activos e passivos sensíveis a juros e, por conseguinte, a modelização de simulação é aplicada a instrumentos financeiros que são cotados a taxas de juro variáveis;
- As projecções incluem outros pressupostos, incluindo todas as posições executadas até à maturidade.

A tabela abaixo apresenta impacto no lucro corrente e o capital próprio de uma redução ou aumento paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início no exercício financeiros com início em 1 de Janeiro de 2023 e 1 de Janeiro de 2022.

Saldo em 31 de Dezembro de 2023	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Lucro do exercício	408,852,244	317,037,292	500,667,197
Capital próprio	4,675,136,448	4,583,321,496	4,766,951,401

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juro variáveis
Lucro do exercício	656,206,920	517,866,121	794,547,719
Capital próprio	4,266,283,849	4,127,943,049	4,404,624,647

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuirá os lucros após imposto do Microbanco e o capital próprio em MZN 91,814,953 (31 de Dezembro de 2022: MZN 138,340,799) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

31.7 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizados e os lucros acumulados. O Microbanco revê a estrutura de capital numa base regular. O Microbanco não está sujeito a nenhum requisito de capital externamente imposto.

A estrutura de capital do Microbanco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 18 e 22, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 23, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Microbanco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Banco monitora o capital em função do rácio de alavancagem. Consistente com outros no sector, o Microbanco também monitora o capital com base no rácio de endividamento.

31.8 Risco cambial

O Microbanco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Por conseguinte, o Microbanco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Microbanco é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2023	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	1,639,671,769				1,639,671,769
Depósitos em outras instituições financeiras	2,129,911,852	134,459	-	-	2,130,046,311
Empréstimos e adiantamentos aos clientes**	15,316,233,401				15,316,233,401
Outros Activos	34,348,007				34,348,007
Outros activos financeiros	6,960,302				6,960,302
Total de Activos financeiros	19,127,125,331	134,459	-	-	19,127,259,790
Passivos					
Depósitos de clientes	4,185,572,216	-	-	-	4,185,572,216
Recursos de instituições de crédito					
Outros Passivos	299,625,894	365,303,312	1,882,485	266,527	667,078,218
Locação financeira	85,424,679				85,424,679
Empréstimos*	8,680,549,833				8,680,549,833
Empréstimos dos accionistas	1,142,929,575	312,308,529	-	-	1,455,238,104
Total de Passivos financeiros	14,394,102,197	677,611,841	1,882,485	266,527	15,073,863,050
Posição financeira líquida	4,733,023,134	(677,477,382)	(1,882,485)	(266,527)	4,053,262,281

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	MZN	USD	ZAR	TZS	Total
Total de Activos financeiros	19,157,600,648	136,517	2,185	-	19,157,739,350
Total de Passivos financeiros	14,982,322,529	425,265,557	923,937	99,663	15,408,611,686
Posição financeira líquida	4,175,278,119	(425,129,040)	(921,752)	(99,663)	3,749,028,031

O objectivo do processo de gestão de risco cambial da entidade é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade. O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital da entidade.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. A entidade tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Riscos cambiais - apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical;
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes;
- A moeda base em que os negócios do Banco são realizados é o Metical.

31.8 Risco cambial (continuação)

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro do exercício corrente e o capital próprio de uma redução 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2023 e 1 de Janeiro de 2022 respectivamente.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Saldo em 31 de Dezembro de 2023	Montante	Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN
Lucro do exercício	408,852,244	408,843,112	408,861,377
Capital próprio	4,675,136,448	4,675,127,315	4,675,145,581

Saldo em 31 de Dezembro de 2022	Montante	Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN
Lucro do exercício	656,206,924	656,197,493	656,216,356
Capital próprio	4,266,283,849	4,266,274,417	4,266,293,281

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após impostos e o capital próprio em 9,133 Meticais (31 de Dezembro de 2022 em MZN 9,432), e uma depreciação do Metical diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio pelo mesmo valor.

32. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

33. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Microbanco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau em que o valor justo é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique);

Nível 2: Inputs, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3: Inputs para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

33. Mensuração do justo valor

Justo valor de activos e passivos financeiros do Microbanco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente.

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.

Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias).

33. Mensuração do justo valor (continuação)

O Microbanco avalia pelo modelo do valor actual líquido para obter o valor justo das Obrigações do Tesouro em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	31 de Dezembro de 2023		31 de Dezembro de 2022	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Investimentos financeiros	-	-	1,608,642,464	1,608,642,464
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	15,316,233,401	15,316,233,401	16,241,514,293	16,241,514,293
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Investimentos financeiros	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	15,323,193,703	15,323,193,703	17,857,117,059	17,857,117,059
Passivos financeiros				
Passivo financeiro ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	4,185,572,216	4,185,572,216	5,040,837,434	5,040,837,434
- Locação financeira	85,424,676	85,424,676	111,227,336	111,227,336
- Empréstimos*	8,680,549,833	8,680,549,833	8,051,249,138	8,051,249,138
- Empréstimos dos accionistas	1,455,238,104	1,455,238,104	1,600,648,723	1,600,648,723
	14,406,784,829	14,406,784,829	14,803,962,631	14,803,962,631

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

** Os empréstimos e adiantamentos a clientes excluem despesas e receitas diferidas, que não são instrumentos financeiros.

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2023	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
Empréstimos a adiantamentos a clientes**	-	-	15,316,233,401	15,316,233,401
- Outros activos financeiros	-	-	-	-
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	15,323,193,703	15,323,193,703
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	4,185,572,216	4,185,572,216
- Locação financeira	-	-	85,424,679	85,424,679
- Empréstimos	-	-	8,680,549,833	8,680,549,833
- Empréstimos dos accionistas	-	-	1,455,238,104	1,455,238,104
Total	-	-	14,406,784,832	14,406,784,832

33. Mensuração do justo valor (continuação)

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2022	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
Empréstimos a adiantamentos a clientes	-	-	16,241,514,293	16,241,514,293
- Outros activos financeiros	-	-	1,608,642,464	1,608,642,464
Ao justo valor através de outro rendimento integral;				
- Outros activos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	17,857,117,059	17,857,117,059
	Nível 1: MZN	Nível 2: MZN	Nível 3: MZN	Total MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	5,040,837,434	5,040,837,434
- Locação financeira	-	-	111,227,336	111,227,336
- Empréstimos	-	-	8,051,249,138	8,051,249,138
- Empréstimos dos accionistas	-	-	1,600,648,723	1,600,648,723
Total	-	-	14,803,962,631	14,803,962,631

34. Gestão de Capital

O Microbanco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Microbanco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Microbanco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada Microbanco para manter o nível mínimo do capital regulamentar

de 8% dos activos ponderados pelo risco.- Por este facto, o Microbanco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

34. Gestão de Capital (continuação)

	2023	2022
Fundos próprios de base (Tíer I)		
Capital social realizado	2,776,000,000	2,775,999,645
Reserva legal	702,934,115	506,072,038
Reservas elegíveis e resultados transitados	787,350,089	328,005,241
Reservas de reavaliação negativas	-	(361,853,873)
Activos intangíveis	(311,943,155)	(367,373,033)
Gap de provisão de imparidade	(443,734,757)	(279,500,161)
Fundos próprios de base (Tíer I)	3,510,606,292	2,601,349,857
FFundos próprios complementares (Tíer II)		
Outros	1,706,135	1,694,583
FFundos próprios complementares (Tíer II)	1,706,135	1,694,583
Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)	3,512,312,427	2,603,044,440
Activos Ponderados pelo Risco (APR)		
Risco de crédito	13,649,081,018	13,556,665,613
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	362,087,126	310,283,138
	14,011,168,144	13,866,948,751
Rátios de adequação de Capital		
Fundos próprios de base (Tier 1 Capital)	25.06%	18.76%
Capital de Nivel II (Core Tier 2 Capital)	0.01%	0.01%
Rácio de solvabilidade	25.07%	18.77%
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00%

35. Eventos após o período de relato

Não se registaram acontecimentos significativos após a data de relato que exijam a divulgação ou ajustamentos das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.